

Ester Pereira de Souza

Professor Orientador: Klismann Nunes Matos

INTRODUÇÃO

A metrópole paulista é uma das mais ricas da América Latina. Considerando seu desenvolvimento industrial e urbano ao longo do século XX, tornou-se uma referência econômica, política e sociocultural. Todavia, comporta desigualdades socioespaciais fomentadas pela construção de espaços segregados. Dessa forma, a gênese desse fenômeno social está nos interesses capitalistas das elites, que ocupam cargos de poder nas diversas camadas que constituem o Estado, desenhando o território por meio de políticas urbanas que modificaram não somente a paisagem, mas também as dinâmicas sociais, criando barreiras invisíveis na sociedade.

“A cidade de São Paulo é tão curiosamente francesa em certos aspectos que, ao longo de toda uma semana, eu não me recordo de ter tido a sensação de que eu estava no exterior” (SEVCENKO, 2009). Era uma cidade projetada para as elites, de forma que a massa populacional de menor poder aquisitivo não teria acesso e buscaria lugares afastados dos polos em desenvolvimento econômico e arquitetônico.

3. TRANSFORMAÇÕES DA METRÓPOLE PAULISTA

3.1 Grajaú: Um caso de abandono estatal

Na década de 1940, o Grajaú era uma região de mata fechada e praticamente desabitada, mas, a partir de 1960, começou a se formar com a chegada de migrantes nordestinos e mineiros. O acesso ao local era difícil, com escassos transportes públicos e o hospital mais próximo situado em Santo Amaro. A primeira unidade básica de saúde surgiu apenas na década de 1990, inadequada para a crescente população. A falta de infraestrutura contribuiu para um quadro de extrema pobreza. O crescimento das indústrias atraiu mais migrantes e favoreceu a atuação de grileiros, enquanto a falta de políticas públicas e acesso à cultura agravou a situação. Essa negligência do poder público resultou no aumento da criminalidade. Atualmente, o Grajaú apresenta um dos piores índices em transporte, saúde e serviços básicos, ocupando a 88ª posição no Mapa das Desigualdades 2023, e é mais populoso que 98% das cidades brasileiras, segundo o censo do IBGE de 2022.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos observar que a atuação do Estado, desde a gênese da construção da metrópole paulista, foi crucial para a situação de desigualdade socioespacial, propiciada pelas políticas adotadas para a formação e ocupação do território urbano. Desde as políticas migratórias até a construção arquitetônica proposta para as classes sociais mais abastadas, medidas de caráter excludente sempre marginalizaram a classe paupérrima, que atuaria de acordo com os interesses capitalistas. Assim, formam-se situações urbanas e sociais complexas que o Estado não consegue resolver de maneira efetiva, a exemplo de bairros que estão à margem dos rios que cortam a metrópole e que sofrem os impactos ambientais em virtude das políticas adotadas para a retificação dos rios e o aproveitamento da várzea para o povoamento urbano.

APÊNDICE A – ESTUDO DE CAMPO NO DISTRITO DO GRAJAÚ



1. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

As transformações do espaço geográfico urbano moderno decorrem de intensas e constantes modificações, devido a um conjunto de políticas territoriais fomentadas, muitas vezes, pela promoção do capital. Essas mudanças contribuíram para a segregação socioespacial e impactaram a população de menor poder aquisitivo, presente nas periferias da metrópole paulista, onde está concentrada uma alta densidade demográfica e os maiores percentuais de violência e vulnerabilidade social em virtude da marginalização financeira e social.

A segregação socioespacial é dada pelo processo separatório de classes sociais ocorrido sobre o território urbano, cujo fator socioeconômico determina a distribuição desses indivíduos. Desse modo, o formato urbano é modificado através das estruturas sociais e espaciais (CARLOS, 2020), que se tornam motivadores para a densidade demográfica nas periferias e espaços de autosegregação, gerando as desigualdades socioespaciais. Convém lembrar que parte desse fenômeno é produto das políticas urbanas e demográficas e os interesses capitalistas do setor imobiliário, pois a cidade é tida como mercadoria.

2. POLÍTICAS PARA O TERRITÓRIO URBANO

2.2 Políticas migratórias

As políticas migratórias brasileiras, moldadas por necessidades econômicas e políticas, resultaram em três fluxos migratórios significativos em São Paulo: o primeiro, nas lavouras de café do Oeste paulista, trouxe predominantemente imigrantes italianos; o segundo, impulsionado pela valorização do café em 1906, atraiu portugueses, espanhóis e japoneses para Taubaté até a Segunda Guerra Mundial. Estas movimentações foram favorecidas por leis que excluíam posseiros negros do acesso à terra, permitindo a ocupação por europeus. Durante a Primeira República, o Decreto 528 (1890) regulou a imigração com um viés discriminatório, marginalizando a população negra. O terceiro fluxo, sob o Estado Novo de Getúlio Vargas, visou à mão de obra para a indústria e promoveu o embranquecimento populacional, com a imigração de europeus do este, refletindo um objetivo governamental de criar uma sociedade homogênea e branca que impactou a demografia e a urbanização no Brasil.

2.2 Urbanização e arquitetura da cidade de São Paulo

Em 1920, São Paulo passou por um crescimento populacional que representou um aumento de 200 mil pessoas em 10 anos. A capital contava com 600 mil habitantes. O crescimento da cidade deveu-se a fatores como a substituição da mão de obra escrava pela assalariada e à expansão do setor cafeeiro, além da introdução de máquinas no campo, que levaram ao êxodo rural. Assim, era necessário que a cidade se desenvolvesse nesse período; a arquitetura da cidade moldava-se de acordo com a estética europeia: “a cidade tem assim um arzinho de exposição internacional” (SEVCENKO, 2009).

REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, G. A. A segregação socioespacial na metrópole paulista. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 29, p. 33-42, 2011.
- [2] BRASIL. Constituição (1934). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.
- [3] CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. Geousp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892.
- [4] PROENÇA, Caio de Carvalho. Transformações urbanas e a construção da imagem das elites em São Paulo nos anos 1920. Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP, Campinas, setembro, 2012.